

RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.509 - RS (2017/0025339-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : VERA APARECIDA BECKER
ADVOGADOS : LUCIANA INES RAMBO - RS052887
FELIPE CARLOS SCHWINGEL - RS059184
JULIANA MENEZES CASADO DUTRA - RS077135
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, IV E 1.022, II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA (GDATA). IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NO DISPOSITIVO INDICADO COMO MALFERIDO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE SERVIDOR ATIVO PARA SE CARACTERIZAR COMO PARADIGMA. ENTENDIMENTO DA CORTE DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 390):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADOS. GDATA. PRESCRIÇÃO. AÇÃO COLETIVA. INTERRUÇÃO. PARIDADE. IMPOSSIBILIDADE.

1) A ação manejada pelo Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul - SINDISERF/RS (nº 2007.71.00.038494-9) configura instrumento hábil a interromper a prescrição, na forma de precedente recentemente firmado pela 2ª Seção desta Corte.

2) Muito embora o plenário do STF (RE 476.279-0) já decidiu que as gratificações pro labore faciendo, enquanto não regulamentados os critérios de avaliação do desempenho ou da atividade, revelam natureza de gratificação de caráter geral, devendo ser pagas aos aposentados e pensionistas nos mesmos parâmetros em que é paga aos servidores ativos, no caso em espeque, não há mais servidores na ativa ocupantes do mesmo cargo da autora e com o mesmo regime que possam fazer às vezes de paradigma para a paridade, sendo inviável o pleito de equiparação.

Embargos de declaração rejeitados.

Preliminarmente, a recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou acerca das seguintes questões: (i) "paridade do pagamento da GDATA entre os servidores ativos e inativos e quanto à sua natureza de gratificação genérica", de modo que "a GDATA, enquanto não foi paga com base nos resultados das avaliações de desempenho individual e institucional, apresentou nítido caráter de generalidade. De tal modo, em vista do caráter de generalidade subjacente à GDATA, deveria o benefício ser estendido aos inativos e pensionistas, em igualdade de valores com os servidores na atividade" (fls. 432-434); e (ii) "aplicação, no presente caso, de diversos dispositivos legais e constitucionais essenciais para o correto deslinde do feito" (fl. 434), quais sejam, art. 40, §8º, da CF, na redação dada pela EC 20/98; art. 7º da EC 41/03; art. 2º da Lei nº 9.784/99; art. 884 do Código Civil; art. 37, caput, da Constituição Federal; princípio da isonomia, previsto no art. 5º, caput, da Constituição Federal de 1988; princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal; princípio da impessoalidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 2º, 3º, 5º e 6º, da Lei 10.404/2002, e 3º da Lei 10.971/2004, sob os seguintes argumentos: (a) "a ausência de servidores ativos no Plano de Classificação de Cargos – PCC que recebam a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA não elide o direito da recorrente ao recebimento da referida gratificação, tendo em vista que o parâmetro percentual a ser seguido para fins de implementação do pagamento está expresso na legislação de regência" (fl. 437); (b) embora alterada a pontuação atribuída, remanesceu a diferença entre os ativos (passaram a receber 60 pontos) e os inativos (passaram a receber 30 pontos). Nessa senda, conclui-se que, em relação aos períodos nos quais a GDATA foi paga de forma fixa e idêntica a todos os servidores ativos, deve ser respeitada a equiparação do valor da gratificação alcançada a ativos e inativos, uma vez que a recorrente, ao se aposentar, adquiriu o direito à paridade de remuneração" (fl. 441); (c) "em compasso com a garantia da paridade, faz jus a recorrente a perceber a GDATA no mesmo patamar pago aos servidores ativos, pois ausente efetiva avaliação de desempenho, o que a transforma em uma gratificação genérica" (fl. 442); e (d) "não pode a recorrente, por permanecer em um quadro em extinção, ser preterida no recebimento de uma gratificação genérica. É indubitável que a gratificação GDATA foi instituída com a previsão discriminatória em desfavor da recorrente aposentada, não podendo se criar a ficção jurídica de que esta ofensa à igualdade não existe, por eventualmente não existirem servidores em atividade. Não há condição que possa justificar a desigualdade prevista no momento de instituição da GDATA" (fl. 444).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 507.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, verifico que o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

In casu, registrou o Tribunal de origem que (fls. 387-388, grifos acrescidos):

[...]

Do Mérito

No mérito propriamente dito, em que pese os argumentos trazidos pela apelante, entendo que a sentença merece ser mantida visto que deu adequada solução à lide, razão pela qual reproduzo a fundamentação, adotando-a como razões de decidir, verbis:

'No caso concreto, a autora é aposentada com proventos integrais desde 31/03/1991, no cargo de sociólogo, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG (código 20113).

Segundo informação prestada pela ré no evento 29, sob OFIC1, a autora é remanescente do extinto Plano de Classificação de Cargos - PCC, em virtude de ter feito não ter feito a opção pelo enquadramento no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, previsto no art. 3º, § 3º da Medida Provisória nº 304, de 29 de junho de 2006, convertida na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (termo de não opção no evento 29, sobTERMCOMPR3).

A autora, por tal razão, permanece recebendo, até a presente data, a GDATA (conforme FINANC8e FINANC9 do evento 1,e FINANC2 do evento 41), não havendo a sua substituição por outra gratificação de mesma natureza.

Os servidores que fizeram opção por integrar ao PGPE (que não é o caso da autora) passaram a receber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Administrativa e de Suporte - GDPGTAS e, posteriormente, com a extinção desta, receber a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.

Instada a União a que juntasse aos autos a(s) avaliação(ões) efetivada(s) por servidor(es) que tivesse(m) exercido(s) suas funções no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (não cedido(s) a outro órgão da Administração) e que não tivesse(m) optado pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE (evento 34), veio a informação da ré que, segundo dados extraídos do Sistema Integrado da Administração e Recursos Humanos - SIAPE, apenas duas servidoras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão recebem, até os dias atuais, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, quais sejam, a autora e a Senhora Maria Gregória Oliveira Pereira, aposentada desde 31/10/2004 (evento 41, em FINANC2).

A inativa Maria Gregória Oliveira Pereira, conforme se depreende do SIAPE, aposentou-se em 31/10/2004 (FINANC2 do evento 41), tendo recebido, enquanto estava em atividade, a GDATA em valor inferior ao auferido pela autora.

Exemplifique-se: em fevereiro de 2002, a autora recebia a quantia de R\$ 50,40, ao passo que a Sra. Maria Gregória, R\$ 25,50; em janeiro de 2004, a autora recebia R\$ 50,90 e a Sra. Maria Gregória, R\$ 34,50; em setembro de 2015, a

autora recebeu R\$ 1.912,50 e Sra. Maria Gregória R\$ 78,52 (evento 1, FINANC8 e evento 41, FINANC2).

No período não prescrito, não há servidores ativos que ainda permaneçam vinculados ao extinto Plano de Classificação de Cargos - PCC, para fins de reconhecimento de direito à paridade remuneratória entre servidores ativos e inativos. Assim, diante das peculiaridades do caso concreto, não se configurou ofensa à paridade e à isonomia, devendo o pedido ser julgado improcedente.'

Assim, muito embora o plenário do STF (RE 476.279-0) já decidiu que as gratificações pro labore faciendo, enquanto não regulamentados os critérios de avaliação do desempenho ou da atividade, revelam natureza de gratificação de caráter geral, devendo ser pagas aos aposentados e pensionistas nos mesmos parâmetros em que é paga aos servidores ativos, como muito bem salientado pelo juízo *a quo*, **o caso guarda peculiaridades que impedem o reconhecimento da paridade.**

Isso porque, **em virtude da opção da autora em permanecer regida pelo extinto Plano de Classificação de Cargos - PCC, e por via de consequência não ter optado pelo enquadramento no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, não há mais servidores na ativa que possam fazer às vezes de paradigma para a paridade pleiteada.**

Assim, não há sentido em se falar em equiparação com os servidores da ativa, porquanto já não existem mais servidores na ativa ocupantes do mesmo cargo da parte autora e com o mesmo regime.

Ante o exposto, voto por dar parcial provimento ao recurso.

É o voto.

Asseverou, ainda, na via dos aclaratórios (fl. 417):

[...]

Em relação aos embargos da parte autora embarga, a qual sustenta a ocorrência de omissão quanto ao enfrentamento da tese da paridade do pagamento da GDATA entre os servidores ativos e inativos e quanto à tese da sua natureza de gratificação genérica, da mesma forma, trata-se de rediscussão do mérito.

O voto foi claro ao considerar que há o direito à paridade da parte autora, todavia, não existe mais servidores na ativa que possam fazer as vezes de paradigma para a paridade pleiteada.

[...]

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte *a quo*, pelo que não há falar em reforma do aresto proferido em julgamento aos embargos declaratórios, não restando configurada a ofensa ao artigo 1.022, II, do CPC/2015.

Da mesma forma, afasta-se a alegada afronta ao artigo 489, § 1º, IV, do CPC/2015, pois o acórdão impugnado ampara-se em fundamentação jurídica suficiente, que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Repise-se, ainda nessa esteira, que a jurisprudência deste Superior Tribunal é firme no sentido de que "o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto" (AgInt no AREsp 1.344.268/SC, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 14/2/2019).

Quanto aos demais aspectos, de igual modo, o recurso não prospera.

Com efeito, a partir da leitura dos excertos do aresto vergastado, acima transcritos, nota-se que a Corte *a quo*, aplicando as disposições legais pertinentes ao caso concreto, asseverou que, a despeito de a gratificação em tela possuir caráter genérico, sendo que ainda não houve regulamentação dos critérios da avaliação de desempenho, não é possível, diante das peculiaridades insertas na hipótese dos autos, haver a equiparação pretendida, em razão da ausência servidores na ativa que possam fazer às vezes de paradigma.

Em contrapartida, a insurgente, nas razões do recurso especial, sustenta que deve ser extensível aos inativos a referida gratificação, que teria caráter genérico, não se podendo afirmar que a ausência de servidores ativos que recebam a GDATA elide o direito da recorrente, "tendo em vista que o parâmetro percentual a ser seguido para fins de implementação do pagamento está expresso na legislação de regência" (fl. 437). Aduz ainda, em contradição ao argumento retrocitado, que, "embora alterada a pontuação atribuída, remanesceu a diferença entre os ativos (passaram a receber 60 pontos) e os inativos (passaram a receber 30 pontos)", sendo que, "em relação aos períodos nos quais a GDATA foi paga de forma fixa e idêntica a todos os servidores ativos, deve ser respeitada a equiparação do valor da gratificação alcançada a ativos e inativos" (fl. 441).

Tem-se, portanto, que a argumentação recursal é genérica, vaga, inapta a demonstrar efetivamente a suposta ofensa ao dispositivo legal indicado como malferido. Assim, as razões recursais revelam-se dissociadas dos fundamentos aplicados pelo acórdão recorrido, situação que não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do apelo especial. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Além do mais, evidencia-se que os artigos 2º, 3º, 5º e 6º, da Lei 10.404/2002, e 3º da Lei 10.971/2004 não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar o juízo formulado pelo Tribunal *a quo*, o que também atrai a aplicação analógica do enunciado sumular 284, da Suprema Corte.

A propósito (grifos nossos):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. JUROS MORATÓRIOS NO CÔMPUTO DA BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. [...]

II - A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. [...]

VII - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1.604.668/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 26/6/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF.

1. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos por violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado cada um, não sendo suficiente a mera alegação genérica. O inconformismo apresenta-se deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF). Entendimento aplicável aos recursos interposto com base na divergência jurisprudencial. [...]

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.257.119/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 28/3/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. INDENIZAÇÃO. SUPOSTO ERRO DE FATO. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. ATUALIZAÇÃO DO NUMERÁRIO DEPOSITADO. INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. LEI SUPERVENIENTE. EXAME. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NÃO ULTRAPASSADO. IMPOSSIBILIDADE. [...]

4. A aplicação da Súmula 284 do STF deve ser mantida, no que diz respeito aos arts. 15-A e 15-B do Decreto-Lei n. 3.365/1941, visto que o agravante não desenvolveu, nas razões do recurso especial, nenhum argumento para demonstrar de que modo o aludido dispositivo teria sido violado, referentes aos critérios de cálculos dos juros compensatórios, não bastando, por certo, a mera indicação da norma federal supostamente contrariada, circunstância que revela a deficiência do recurso. [...]

7. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.451.044/PE, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 4/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 28,86% SOBRE OS ANUÊNIOS. INCIDÊNCIA, EXCETO SE A BASE DE CÁLCULO HOUVER SIDO REAJUSTADA PELO MESMO ÍNDICE. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR

ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. [...]

IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal. [...]

VIII - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1.343.673/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 31/8/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS. PROPORCIONALIDADE. DESCABIMENTO. LIMITAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR DA GDARA. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. [...]

III - A indicação de violação do art. 186 da Lei n. 8.112/90, quando realizada de forma genérica, sem questionar os aspectos mais salientes da fundamentação do acórdão recorrido e sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula, caracteriza deficiência desta parcela recursal. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

IV - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1.656.293/PR, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 11/10/2017)

Aliás, para infirmar a conclusão alcançada pelo órgão julgador no sentido de que não há mais servidores na ativa que possam fazer as vezes de paradigma para a paridade pleiteada, na forma como pretende a recorrente, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator